

Exame Final Nacional de História A

Prova 623 | Época Especial | Ensino Secundário | 2021

12.º Ano de Escolaridade

Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

Duração da Prova: 120 minutos. | Tolerância: 30 minutos.

14 Páginas

A prova inclui 10 itens, devidamente identificados no enunciado, cujas respostas contribuem obrigatoriamente para a classificação final. Dos restantes 5 itens da prova, apenas contribuem para a classificação final os 3 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.

Para cada resposta, identifique o grupo e o item.

Utilize apenas caneta ou esferográfica de tinta azul ou preta.

Não é permitido o uso de corretor. Risque aquilo que pretende que não seja classificado.

Apresente apenas uma resposta para cada item.

As cotações dos itens encontram-se no final do enunciado da prova.

Nas respostas aos itens de escolha múltipla, selecione a opção correta. Escreva, na folha de respostas, o grupo, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

Nas respostas aos itens que envolvem a produção de um texto, deve ter em conta os conteúdos e a sua organização, a utilização da terminologia específica da disciplina e a integração da informação contida nos documentos.



ColorADD

Sistema de Identificação de Cores

CORES PRIMÁRIAS | BRANCO E PRETO

Diagram showing primary colors (AZUL, AMARELO, VERMELHO) and black/white (BRANCO, PRETO) with mixing instructions. Includes color swatches and mixing diagrams.

AZUL AMARELO VERMELHO BRANCO PRETO

Color mixing diagrams:
Blue + Yellow = Green
Yellow + Red = Orange
Red + Blue = Purple
Red + Yellow + Blue = Black
Blue + White = Light Blue

Secondary colors: AZUL, VERDE, AMARELO, LARANJA, VERMELHO, ROXO, CASTANHO. Each color is represented by a square with a diagonal line.

BRANCO | PRETO | CINZENTOS (BRANCO CLARO, CINZA ESC.) and TONS METALIZADOS (DOURADO, PRATEADO). Each color is represented by a square with a diagonal line.

TONS CLAROS (Light tones) represented by squares with diagonal lines.

TONS ESCUROS (Dark tones) represented by squares with diagonal lines.

GRUPO I

O PODER DO REI NO CONTEXTO DA MONARQUIA FEUDAL

Morabitino cunhado pelo rei Sancho I de Portugal



Tradução da inscrição: «Em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ámen. Sancho, rei de Portugal».

www.museucasadamoeda.pt/collection/19#r4249 (consultado em 11/01/2021).

- * 1. A cunhagem de moeda em ouro pelos primeiros reis de Portugal, com a iconografia e a inscrição que se observa neste morabitino, constituía uma forma de
- (A) assegurar a circulação monetária no reino.
 - (B) assegurar a despesa das casas senhoriais.
 - (C) afirmar o prestígio da soberania régia.
 - (D) afirmar o monarca como juiz supremo.
- * 2. No contexto das monarquias ibéricas medievais, o modo como Sancho I de Portugal é representado na moeda demonstra
- (A) o privilégio de o rei aplicar a justiça maior.
 - (B) a sujeição da realeza aos rituais da vassalidade.
 - (C) a liderança guerreira como atributo da realeza.
 - (D) o direito de o rei impor leis gerais ao reino.
- * 3. A inscrição presente no morabitino e o cetro que o monarca segura numa das mãos expressam, de forma inequívoca,
- (A) a fundamentação divina do poder régio.
 - (B) a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal.
 - (C) a identificação do rei e do papa como fontes de soberania.
 - (D) a sujeição do rei à autoridade pontifícia.

GRUPO II

TENDÊNCIAS DA ECONOMIA PORTUGUESA NO CONTEXTO DO ANTIGO REGIME

Cálculo sobre a perda do dinheiro do reino, dirigido a D. João V por Alexandre de Gusmão (1748)

O dinheiro é o sangue das monarquias, e, extraído do corpo delas, enfraquecem da mesma forma que acontece aos corpos humanos quando se lhes tira o sangue; a este modo de fraqueza se vai conduzindo Portugal, pois que tanto se trabalha em extrair-lhe a moeda quanto ele caminha para a pobreza, e, por conseguinte, para a ruína. As causas motoras deste dano
5 têm muitos e diversos princípios [...].

Os povos, [...] para viverem em todas as terras do reino, necessitam fornecer-se uns aos outros de géneros e manufaturas, [...] suprimindo-se* estes e aquelas com dinheiro, quando os não há igualmente de ambas as partes, para fazer-se a balança do comércio [...]. Assim nos acontece em Portugal, de que [...] resulta fazermos comércio passivo, que é o pior de todos,
10 porque pagamos sempre com dinheiro [...] [os] géneros e manufaturas que não temos e de que necessitamos.

Não seria o nosso comércio passivo se metêssemos no reino anualmente tanta quantidade de moeda como dele se extrai, para pagarmos os géneros e manufaturas que necessitamos comprar [...]. Assim comerciávamos nós no tempo em que fomos senhores dos géneros e
15 manufaturas da Ásia, que vinham pelo Cabo da Boa Esperança, e também [...] enquanto vinha muito ouro das minas, e valiam os géneros da América. Mas agora, que vem cada vez menos e os géneros abateram [...] [no] valor, pelos que concorrem no comércio produzidos em outras colónias novas**, [...] havemos de fazer um comércio passivo.

É impossível suprimos com a moeda que entra no reino a muita que dele sai [...]. Isto
20 sucede assim porque cada vez vem menos ouro das minas e se aumenta mais a extração do dinheiro do reino [...]. Segue-se de tudo o referido que [...] há de perder o reino a maior parte da moeda que agora possui [...].

Como seja do ministério dos soberanos procurar a conservação e a felicidade dos povos [...], suplicam os portugueses, fiéis vassallos de Vossa Majestade, [...] que diminua o luxo com
25 alguma lei sumptuária; [...] que se estabeleçam as fábricas, aumentando-se por toda a parte a indústria; e que, finalmente, se favoreça o comércio, dentro e fora do reino, sem o qual não pode haver Estado rico, poderoso, nem florescente.

Desta sorte, senhor, é que o reino precisa de providências, [...] pois ninguém como Vossa Majestade tem os meios para estes fins; e já que Deus permitiu, por sua incompreensível
30 bondade (como protetor de todos os reinos), que Vossa Majestade possua os referidos meios, [...] com justa razão espera o reino que Vossa Majestade lhe procure [...] as felicidades que ele pode gozar debaixo do seu poderoso governo.

Francisco Solano Constâncio, *Leituras e ensaios de economia política (1808-1842)*, Lisboa, Banco de Portugal, dir. José Luís Cardoso, 1995, pp. 306-309. (Texto adaptado)

* substituindo-se.

** referência às colónias europeias das Antilhas.

1. A economia portuguesa de meados do século XVIII encontrava-se, segundo Alexandre de Gusmão, num estado de «fraqueza» (linha 3), após um «tempo em que fomos senhores» (linha 14) do comércio intercontinental.

Apresente dois argumentos que sustentem esta afirmação, fundamentando a sua resposta com excertos relevantes do documento.

2. Explícite duas características da doutrina económica refletida no pensamento de Alexandre de Gusmão.

Fundamente as duas características com excertos relevantes do documento.

* 3. As ideias expressas pelo autor no último parágrafo do documento (linhas 28-32) enquadram-se no modelo político absolutista, ao evidenciarem

- (A) o poder arbitrário exercido pelo soberano.
- (B) a dimensão paternal do poder monárquico.
- (C) a defesa de uma ordem social estratificada.
- (D) o carácter cenográfico do cerimonial régio.

GRUPO III

MUTAÇÕES POLÍTICAS NA ALEMANHA DURANTE A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Documento 1 (conjunto documental)



A – O edifício do *Reichstag* (Parlamento), em Berlim, depois do ataque das tropas dos Aliados.



B – Folheto da exposição promovida para celebrar o quarto aniversário da ascensão de Hitler ao poder.



C – Cartaz alemão produzido no contexto da assinatura do Tratado de Versalhes: «O que iremos perder!».



D – Campanha eleitoral para o Parlamento alemão, no final da República de Weimar.

Identificação das fontes

Documento 1 (conjunto documental)

A – www.libraries.wright.edu/community/outofthebox/2012/12/07/ (consultado em 26/07/2021).

B – https://en.wikipedia.org/wiki/Propaganda_in_Nazi_Germany (consultado em 28/01/2020).

C – www.europeana.eu/pt/item/92023/images_billed_2010_okt_billeder_object487956 (consultado em 26/06/2020).

D – <https://allthatsinteresting.com/hitler-election#2> (consultado em 28/01/2020).

Discurso de Adolf Hitler no Parlamento alemão, 30 de janeiro de 1939

Os povos do mundo compreenderão em breve que a Alemanha nacional-socialista não quer suscitar a hostilidade dos outros povos. As denúncias acerca dos propósitos agressivos da nossa Nação para com outros povos [...] são mentiras descaradas de certos políticos [...]. Acima de tudo, da judiaria internacional, que assim procura satisfazer a sua sede de vingança e a sua insaciável fome de lucro. [...]

5 Gostaria de dizer o seguinte acerca da questão judaica: é um espetáculo verdadeiramente lamentável o modo como todo o mundo democrático derrama lágrimas de compaixão face ao drama do pobre e martirizado povo judeu [...]. A Alemanha mostrou-se, durante séculos, suficientemente generosa para o acolher, embora ele pouco mais possuísse que doenças
10 infecciosas, tanto políticas como físicas. [...] O que fazemos hoje mais não é do que corrigir os males que este povo cometeu. Quando o povo alemão perdeu todas as suas poupanças, devido à inflação instigada e levada a cabo pelos judeus [...]; quando o resto do mundo retirou da Alemanha os seus capitais; quando fomos despojados das nossas possessões coloniais; nessa altura, tal filantropia* não tinha ainda um papel influente nas considerações desses estadistas
15 democráticos. [...]

Vimos com os nossos olhos como, no fim da guerra, depois da fome e da miséria terem morto mais de 800 000 crianças da nossa Nação, foram subtraídas dos nossos estábulos quase um milhão de vacas leiteiras, de acordo com os infames artigos de um *Diktat* que [...] nos impuseram em forma de tratado de paz. [...]

20 O povo alemão não quer ser governado por outro povo [...]. Temos centenas de milhares de crianças muito inteligentes, filhas de camponeses e da classe trabalhadora. Temos de os educar [...] e desejamos que, um dia, possam assumir cargos de chefia no Estado [...]. Estes não devem continuar a ser ocupados por membros de um povo que nos é estranho. Acima de tudo, a cultura alemã, como o próprio nome indica, é exclusivamente alemã; não é judaica. Doravante, a sua
25 administração será confiada aos membros do nosso povo. [...]

Serei, uma vez mais, um profeta: se os financeiros da judiaria internacional, dentro e fora da Europa, conseguirem mergulhar de novo as nações noutra guerra mundial, o resultado não será a bolchevização do planeta e, por conseguinte, a vitória dos judeus, mas a aniquilação da raça judaica na Europa!

Max Domarus (ed.), *The essential Hitler: speeches and commentary*, Wauconda, Bolchazy-Carducci Publishers, 2007, pp. 395-400. (Traduzido e adaptado)

* filantropia: amor à humanidade; dedicação a causas humanitárias.

O expansionismo alemão entre 1933 e 1945



Legenda:

- ▶ ■ Limites da Grande Alemanha, 1942
- ◻ ■ Áreas ocupadas pela Alemanha
- ◻ ■ Itália e áreas ocupadas pela Itália
- ◻ ■ Satélites do Eixo
- ◻ ■ Satélites temporários do Eixo
- ◻ ■ Territórios Aliados

- ☠ ■ Massacres de Judeus e de resistentes à ocupação nazi, 1941-1943
- ★ ■ Guetos de Judeus, 1939-1942
- ★ ■ Campos de concentração, 1933-1945
- ★ ■ Campos de extermínio, 1942-1945
- ★ ■ Exploração de trabalho forçado pela Alemanha, 1940-1945

Peter Snow (dir.), *History of the World map by map*, Londres, Penguin Random House, 2018, pp. 298-299. (Adaptado)

- * 1. Ordene cronologicamente as imagens **A**, **B**, **C** e **D** (documento 1), que se reportam a acontecimentos políticos que afetaram a Alemanha na primeira metade do século XX.

Escreva, na folha de respostas, a sequência correta das letras.

- * 2. A partir dos anos 20 do século XX, emergem por toda a Europa movimentos políticos autoritários e totalitários. A imagem **D** do documento 1 mostra que, na Alemanha, a chegada ao poder do Partido Nazi resultou

- (A) do papel interventivo do exército.
- (B) do exercício democrático do sufrágio.
- (C) da mobilização operária na campanha eleitoral.
- (D) da violência praticada por milícias paramilitares.

3. Explícite duas condições que favoreceram a afirmação da ideologia nacional-socialista na Alemanha dos anos 20 e 30 do século XX.

Fundamente uma das condições com informação da imagem **C** do documento 1 e a outra condição com excertos relevantes do documento 2.

- * 4. Desenvolva o tema **O Terceiro Reich: a submissão dos direitos individuais à violência totalitária do Estado alemão (1933-1945)**, articulando os tópicos de orientação seguintes:

- os princípios ideológicos defendidos pelo nazismo;
- os processos repressivos e as práticas racistas como forma de sujeição social.

Na sua resposta,

- apresente três elementos para cada tópico de orientação, evidenciando a relação entre os elementos dos dois tópicos;
- integre, pelo menos, uma informação relevante de cada um dos seguintes documentos: imagem **B** do documento 1 e documentos 2 e 3.

* 5. Complete o texto seguinte, selecionando a opção adequada para cada espaço.

Na folha de respostas, registre apenas as letras e o número que corresponde à opção selecionada em cada um dos casos.

Reunidos no verão de 1945, na Conferência de _____ **a)** _____, os líderes das principais potências aliadas da Segunda Guerra Mundial decidem criar um tribunal internacional que, pela primeira vez, julgará crimes de _____ **b)** _____. É também confirmada a perda provisória de _____ **c)** _____ pela Alemanha e a consequente ocupação quadripartida do país, cuja antiga capital será depois palco privilegiado da _____ **d)** _____ da nova ordem mundial.

a)	b)	c)	d)
1. Versalhes	1. genocídio	1. recursos	1. sovietaização
2. Potsdam	2. espionagem	2. território	2. americanização
3. Bretton-Woods	3. terrorismo	3. soberania	3. bipolarização

GRUPO IV

RUTURAS ECONÓMICAS E POLÍTICAS EM PORTUGAL NOS ANOS 60 E 70 DO SÉCULO XX

Documento 1

Discurso de Marcello Caetano na Assembleia Nacional (1970)

Ao tomar conta do governo, logo anunciei que não hesitaria perante as reformas necessárias. [...] A vida da Nação exige continuidade e só nela pode inserir-se fecundamente a renovação. [...]

A estabilidade social dos meios rurais está profundamente afetada pela emigração e pela industrialização, e teremos de contar com alguns anos de desajustamento e de reajustamento. [...] [As] atividades económicas não podem continuar a contar com o estilo de proteção adotado em conjunturas bem diferentes. Numa Europa que abate barreiras para permitir entre os países a liberdade de circulação de capitais, de mercadorias e de pessoas, é-nos impossível constituir exceção. [...] O Estado não abandonará as indústrias portuguesas, mas ser-lhe-á impossível protegê-las como na época áurea do condicionamento e das muralhas aduaneiras. Logo [...] se preveniu disso os industriais e, para lhes dar tempo a prepararem-se, obtive o governo, quando do ingresso na EFTA, condições muito favoráveis de transição. [...]

Ora, tudo isto se passa enquanto sustentamos [...] o embate das guerrilhas [...]. Contra nós foi desencadeada uma guerra subversiva que não surgiu da revolta das populações, que não traduz a aversão dos portugueses do ultramar contra a sua Pátria [...]; em todo o ultramar a bandeira verde-rubra é amada e respeitada [...].

Os vários movimentos chamados libertadores que nos dão combate na Guiné, em Angola e em Moçambique foram formados no estrangeiro, com dirigentes que o estrangeiro sustenta e apoia [...]. Uma vasta organização de países africanos, asiáticos e socialistas conspira contra Portugal, [...] movimentando no mundo a propaganda antiportuguesa, que na tribuna das Nações Unidas encontra o seu púlpito de eleição [...].

[Estamos] a construir na bacia do Zambeze uma das maiores barragens do mundo, que, além de permitir produzir energia em larga escala, irá facilitar o ordenamento, a cultura e o enriquecimento de vasta área a jusante! [...]

Desde [a tomada de posse do governo], nunca perdi o ensejo de informar o país [...] da necessidade de manter [uma] atitude de sacrifício [...] no plano fiscal, onde o peso tributário está longe de atingir o normal em finanças de guerra. [...] O governo [...] não pode abdicar dos meios de intervenção sem os quais lhe seria impossível corresponder ao grave e pesado mandato de defesa da integridade territorial do país [...]. A soberania do Estado, una e indivisível, nem por isso deixará de afirmar-se em todo o território da Nação [...].

Revisão constitucional. Discurso proferido perante a Assembleia Nacional em 2 de Dezembro de 1970, Lisboa, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1970. (Texto adaptado)

Posição de Mário Soares sobre a questão colonial (1972)

Marcello Caetano [...] apresenta-se esgotado [...]. O País vive o sentimento geral de que a política de «liberalização» terminou antes de ter verdadeiramente começado. [...]

No plano colonial, prossegue-se [...] a mesma política suicida do tempo de Salazar, feita contra os povos das colónias ao arpejo do progresso e contra a consciência do Mundo. Ao sacrifício da juventude, que representa o futuro da Pátria, assim hipotecado por gerações, 5 junte-se a exaustão sem remédio dos recursos nacionais! [...] O País instalou-se numa guerra sem fim e sem esperança, que o confina num isolamento internacional altamente nocivo [...].

O problema chave que tem estado a bloquear qualquer transformação política e económica, 10 em Portugal, é o da existência, vai para onze longos anos, das guerras coloniais. É exato que a situação colonial depende estreitamente do condicionalismo político interno do regime. Por duas ordens de razões [...]: a) porque num regime aberto de tipo democrático uma guerra colonial [...] não se poderia ter mantido tantos anos; b) porque a solução a dar a essas guerras [...] passa, necessariamente, por uma modificação prévia da política interna 15 portuguesa. [...]

Por outro lado, as críticas feitas à política portuguesa nos organismos internacionais são também cada vez maiores [...]. O País não tem qualquer possibilidade de entrar num ciclo de progresso, que encurte a distância trágica que o separa dos restantes países europeus, nem de escapar ao imobilismo político e social [...], enquanto se não desembaraçar das guerras 20 coloniais. [...]

Ainda que as populações colonizadas tivessem os sentimentos pró-portugueses que Caetano lhes atribui [...], quem nos garante que não venham a mudar de opinião, a curto prazo? E, nessa hipótese, em nome de que princípios o Governo se impediria de negociar uma solução política para o conflito? [...]

25 Ora, Marcello Caetano representa [...] [o] prosseguimento das guerras coloniais, até à exaustão do País. [...] Donde resulta [...] a necessidade objetiva de [...] pôr fim imediato às guerras coloniais, pela abertura de negociações políticas com os movimentos nacionalistas, reconhecendo aos povos das colónias o direito à autodeterminação e à independência.

Mário Soares, *Portugal amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Editora Arcádia, 1974*, pp. 665-678 e 712-713. (Texto adaptado)

* publicado originalmente em francês, em 1972.

1. Enuncie duas evidências do dinamismo económico português nos anos 60 do século XX, implícitas no discurso de Marcello Caetano.

Fundamente as duas evidências com excertos relevantes do documento 1.

2. Compare as duas perspetivas sobre a guerra colonial portuguesa, expressas nos documentos 1 e 2, quanto a dois aspetos em que se opõem.

Fundamente a sua resposta com excertos relevantes dos dois documentos.

* 3. As afirmações seguintes, sobre a situação política no período do marcelismo, são todas **verdadeiras**.

- I. A democratização do país era uma das exigências dos críticos do regime.
- II. A «ala liberal» tentou transformar o regime através de mudanças internas.
- III. O III Congresso da Oposição Democrática foi alvo de repressão policial.
- IV. Os católicos progressistas desencadearam ações de protesto contra o regime.
- V. A esperança de abertura política depositada no marcelismo não se confirmou.

Identifique as duas afirmações que podem ser comprovadas através da análise do documento 2.

* 4. O projeto político para Portugal explicitado no Programa do Movimento das Forças Armadas e sintetizado nos *três D* implicou um conjunto de decisões que foram introduzindo no país, desde 1974, alterações muito significativas.

Associe os objetivos desse projeto, apresentados na coluna **A**, às afirmações que constam na coluna **B**. Todas as frases devem ser utilizadas. Cada frase deve ser associada apenas a um dos objetivos.

Escreva, na folha de respostas, apenas cada letra e os números que lhe correspondem.

COLUNA A	COLUNA B
(a) Democratizar	(1) Elaboração de uma nova Constituição por uma Assembleia eleita por sufrágio universal.
(b) Descolonizar	(2) Implementação de medidas para a integração social dos portugueses regressados do ultramar.
(c) Desenvolver	(3) Aprovação de legislação laboral e de medidas de proteção dos grupos economicamente desfavorecidos.
	(4) Desmantelamento das instituições políticas e dos órgãos administrativos do Estado Novo.
	(5) Apropriação pelo Estado dos sectores-chave da economia e combate aos monopólios.
	(6) Criação de sistemas de educação e de saúde universais e tendencialmente gratuitos.
	(7) Abertura de negociações para estabelecer acordos com os movimentos independentistas.

FIM

COTAÇÕES

As pontuações obtidas nas respostas a estes 10 itens da prova contribuem obrigatoriamente para a classificação final.	Grupo										Subtotal
	I 1.	I 2.	I 3.	II 3.	III 1.	III 2.	III 4.	III 5.	IV 3.	IV 4.	
Cotação (em pontos)	14	14	14	14	14	14	20	14	14	14	146
Destes 5 itens, contribuem para a classificação final da prova os 3 itens cujas respostas obtenham melhor pontuação.	Grupo II										Subtotal
	1.	2.									
	Grupo III										
	3.										
Cotação (em pontos)	Grupo IV										54
	1.	2.									
TOTAL	3 x 18 pontos										200